

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ALDEIA INDÍGENA KARIRI-XOCÓ: PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN KARIRI-XOCÓ INDIGENOUS VILLAGE: SOCIO-
ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY PERSPECTIVES

Sandra Siqueira Santos¹

RESUMO: Este estudo abordou as perspectivas de desenvolvimento sócio ambiental decorrente das ações educacionais desenvolvidas na Escola Estadual Indígena Pajé Francisco Queiroz Suíra, da aldeia Kariri-Xocó, em Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas. A metodologia usada foi a exploratória, quantitativa com pesquisa de campo. A Educação Ambiental é um tema bastante atual e está presente na pauta do dia de importantes instituições governamentais e não governamentais. O processo de conscientização, conservação e preservação do meio ambiente deve começar no âmbito familiar e da comunidade onde se vive. A degradação ambiental nas áreas indígenas contraria o que sempre se acreditou na relação equilibrada entre a necessidade de consumo e a oferta propiciada pela natureza fosse comum ao indígena. Os resultados sugerem que estes indígenas não vivem uma relação harmônica e sustentável com o meio ambiente, por isso necessitam receber educação ambiental, formal e informal, para além de adquirir consciência de preservação e conservação ambiental formar multiplicadores.

Palavras Chaves: Degradação ambiental; Educação ambiental; Comunidades indígenas.

ABSTRACT: This study addressed the perspectives of socio-environmental development resulting from the educational actions developed at the Pajé Francisco Queiroz Suíra Indigenous State School, from Kariri-Xocó village, in Porto Real do Colégio, State of Alagoas. The methodology used was exploratory, quantitative with field research. The Environmental Education is a very current theme and is present in the agenda of important governmental and non-governmental institutions. The process of awareness, conservation and preservation of the environment must begin within the family and the community where one lives. The environmental degradation in the indigenous areas contradicts what has always been believed in the balanced relationship between the need for consumption and the supply provided by nature was common to the indigenous. The results suggest that these indigenous people do not live a harmonious and sustainable relationship with the environment, so they need to receive environmental education, formal and informal, besides acquiring environmental preservation and conservation awareness to train multipliers.

Keywords: Environmental degradation; Environmental education; Indigenous communities.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é um tema bastante atual e está presente na pauta do dia de importantes instituições governamentais e não governamentais. A relevância deste assunto é flagrante quando nos deparamos com os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) –

¹Pós-doutoranda em Educação pela Universidad Iberoamericana - PY; Doutora em Ciências da Educação pela Universidade San Carlos – PY; Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Norte – PY; em Ciências da Educação pela Universidade San Carlos – PY Professora e Coord. Acadêmica Stricto sensu na Faculdade de Candeias – BR; profsandrageo@yahoo.com.br .

documentos oficiais do Governo Federal que indicam onde constam as diretrizes do Sistema de Ensino Brasileiro – nos quais, o meio ambiente consta como um dos temas transversais, isto é, um tema que pode ser trabalhado em todas as disciplinas pertencentes à grade curricular do Ensino Básico. Isso demonstra, oficialmente, a preocupação em formar consciências ambientais dentro da educação formal.

A divulgação dos resultados de pesquisas científicas realizadas por instituições governamentais e não governamentais, de grande credibilidade, demonstram os vários prejuízos provocados a esta etnia como também à natureza, decorrentes da degradação e exploração dos recursos naturais. Para frear esse processo de degradação e desequilíbrio ambiental é preciso criar mecanismos que impeçam o avanço desse processo e lembram que a educação é o principal mecanismo, que por meio dela se poderia provocar a tomada de consciência de que certas ações praticadas pelo homem estariam levando ao fim a própria humanidade na medida em que os recursos naturais do planeta chegassem ao seu esgotamento.

Diante disso, acordou-se para a necessidade de que mais do que educar, em caráter geral, é preciso educar ambientalmente, isto é, percebeu-se a necessidade da educação ambiental, de caráter específico, razão de o tema passar a fazer parte da educação formal, pelo menos em termos de educação brasileira, como referido anteriormente, contudo sem deixar de ser parte da educação não formal, pois o processo de conscientização, de conservação e preservação do meio ambiente deve começar no âmbito familiar e da comunidade onde se vive. Portanto, a Educação Ambiental como disciplina de ensino-aprendizagem tem como propósito educar formalmente um determinado público-alvo: os jovens. Isso porque eles representam a continuidade de gerações futuras, por isso precisam ser educados no presente para conviverem em harmonia e com sustentabilidade com o meio em que estão inseridos como forma de se garantir o futuro.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as perspectivas de desenvolvimento sócio ambiental através das ações educacionais desenvolvidas na Escola Estadual Indígena pajé Francisco Queiroz Suíra na aldeia kariri-Xocó em Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas. E como objetivos específicos: Conhecer o processo metodológico aplicado na Escola Estadual Indígena pajé Francisco Queiroz Suíra referente às questões socioambientais; Investigar as prioridades ambientais na comunidade indígena; Fomentar propostas educacionais

norteadoras em educação ambiental; Identificar a origem étnica e residencial dos docentes e discentes da escola indígena; Contribuir com a inserção de projetos socioculturais na escola indígena para uma práxis educacional contextualizada com uma linha teórica ambiental; Conhecer a formação acadêmica dos profissionais que atuam na escola indígena; Contribuir na formação do quadro docente através da exposição de referencial bibliográfico, projetos de formação e outros direcionados em educação ambiental e cultural; Conhecer os projetos que estimulam o desenvolvimento social, cultural e econômico da aldeia; Fomentar os projetos socioambientais e culturais do espaço em questão

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem sobre a educação indígena recorre obrigatoriamente ao período colonial brasileiro, à fase inicial da história sobre a educação brasileira composta pelo educador, um padre jesuíta da Companhia de Jesus comandado pelo padre Manuel da Nóbrega e os educandos que no princípio pertenciam à elite da capital do país, na época Salvador, onde foi constituída a primeira escola brasileira com o objetivo de preparar alunos para, além da formação como sacerdotes, ingressar na universidade de Coimbra, em Portugal, sendo posteriormente dedicada à catequese dos índios ou silvícolas ou até mesmo do gentio, maneira como eram chamados no período em questão.

No processo de aculturação dos gentios através de ações visando civilizar os índios descaracterizando seus aspectos naturais para que fossem adaptados aos costumes europeus tendo como embasamento a religião. Após a conquista ideológica, eles eram aldeados, tal situação era justificada pelo controle e segurança contra os bandeirantes que circulavam por todo interior do país buscando, entre outras coisas, indígenas para escravizar. Mas, percebendo também a facilidade de manipulação pelo cristianismo e que favorecia a todos os interessados na dominação.

Não se pode negar a importância dos educadores jesuítas para educação do país, posto que foi o primeiro momento formal da educação brasileira. No entanto, convém abordar que as imposições colocadas à frente dos indígenas para que os mesmos fossem adaptados aos costumes europeus representava uma total descaracterização daquele grupo social.

O projeto atual da educação brasileira, no que tange a estrutura educacional do povo indígena, leva em consideração muito mais do que em períodos anteriores as especificidades do seu perfil cultural. Diante disto alguns pontos vêm sobressaindo diante de ações, leis,

resoluções, decretos e portarias que fornecem reforço ao campo educativo da citada etnia, sendo algumas de forma direta e outras no contexto geral, mas que os contempla. Uma delas foi a Lei de Diretrizes de Base n°. 9394/96 estabelecendo as bases educacionais essenciais para a educação brasileira como o FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Brasileira) no qual, desde a sua vigência, contempla a educação indígena. (BRASIL, 2006, EC 53).

O governo brasileiro, através da edição de leis, tem demonstrado seu compromisso com o indígena, reforçando o que dispõe o Artigo 215, parágrafo 1, da Constituição Federal “o Estado deve proteger as culturas populares, inclusive a dos indígenas.” Assim ao permitir que as diferentes etnias possam desenvolver seus conteúdos educacionais com base na sua estrutura cultural permite que elementos e tradições sejam concebidas como valores, tornando-se imprescindíveis para o aprendizado local. (BRASIL, CF, 2008).

Estas medidas estimam e valorizam a consciência dos aldeados, principalmente no contexto educacional, em exigir o que é de direito como expõe o cacique Manoel Celestino:

Temos nossa pedagogia. Queremos em sala de aula o professor cultural indígena, que entenda a nossa língua, o nosso canto, a nossa cultura. Não queremos mais do que os nossos princípios. Hoje estamos em uma civilização que procurou tirar os nossos direitos, e por este motivo os nossos descendentes devem estudar em escolas diferenciadas, já asseguradas por lei. E que precisam ser de fato implantada em todas as comunidades indígenas. (CELESTINO, 2009, p. 07)

As palavras do cacique demonstra sua preocupação com o trabalho educacional direcionado ao indígena, que no seu modo de entender, deve ser especializado, pois são valores e conhecimentos diferentes de outras localidades sociais e que, se ministrado por alguém que já está inserido no contexto, certamente terá uma base maior sobre os valores locais. Com isso, pensa que, o professor indígena seja o mais adequado porque além da formação acadêmica crê que o mesmo naturalmente já possui a base cultural para, por exemplo, a preservação da língua materna, das histórias e, principalmente, o fortalecimento da relação com a natureza. A sociedade indígena necessita ter a educação como arma para enfrentar os fortes interesses econômicos e políticos que influenciam a todo o momento a sociedade moderna.

2.1. Educação Ambiental Indígena

A educação ambiental apresenta a ideia de racionalidade ambiental como sendo teoria de construção, sustentada num conjunto de proposições não formalizadas e não

axiomatizadas em que “(...) o pensamento ambiental elaborou um conjunto de princípios morais e conceituais que sustenta uma teoria alternativa de desenvolvimento. Embora este não constitua num paradigma acabado, fundado no conhecimento positivo” (LEFF, 2001, p. 123).

O trabalho em uma perspectiva ambiental além de seguir regras que contemplem conhecimentos e múltiplas disposições exige do educador ambiental, ou seja, da pessoa que está preparada para conduzir os procedimentos educacionais, um conceber e um profissionalismo flexível dentro de um viés racional que consiga adaptar aqueles que estão inseridos no contexto educacional ambiental em uma percepção acerca dos encaminhamentos desenvolvidos que visaram o ser ecológico e não o ser material.

O trabalho educativo em uma aldeia deve focar a transversalidade da educação ambiental, as características físicas e humanas locais, levar em consideração as ações antrópicas resultante de indígena e não indígenas e principalmente considerar o processo educativo da escola indígena estimulando a inclusão de novas praticas, porém colocando a cultura indígena como predominante nas análises dos aspectos ambientais da prática e da teoria da educação ambiental.

2.2.Aspectos Educacionais e da Educação Ambiental: Como se Educar

Ambientalmente

A Educação Ambiental pode ser inserida na maioria dos espaços de vivência da humanidade mesmo em lugares que possuam aspectos sociais e culturais diferenciadas. Pois a possibilidades das ações educativas tem origem com atitudes estimulantes que contribuam para intermediar na busca pela sustentabilidade para as gerações atuais e futuras. A educação, segundo Ferreira, “é o ato ou efeito de educar. Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano, civilidade, polidez” (FERREIRA, 2001, p. 18).

Convém ressaltar que a educação, dentro do processo histórico, apresenta diferentes ideias impulsionadas pela fundamentação e contexto histórico-social da época vigente.

Em Atenas, procurava-se formar espíritos delicados, prudentes, sutis, embebidos de graça e harmonia, capazes de gozar o belo e os prazeres da pura especulação. Em Roma, desejava-se, especialmente, que a criança se tornasse homem de ação, apaixonado pela glória militar, indiferente no que tocasse as letras e as artes. Na Idade Média, a educação era cristã, antes de tudo, na Renascença, toma caráter mais leigo, mais literário, nos dias de hoje, a ciência tende a ocupar o lugar que ela outrora preenchia. (DURKHEIM, 1978, p. 35)

Neste contexto, é viável abordar que atualmente, de forma gradativa os objetivos e conceitos sobre assimilação do saber continuam sendo diferentes de acordo com as concepções temporais e espaciais das diferentes sociedades: dos capitalistas, dos socialistas, dos ciganos e dos índios etc. Com efeito, os resultados do que é desenvolvido depende do método aplicado e da receptividade para com o objetivo.

Porém, a educação com a perspectiva da fomentação do ambientalismo, tem como meta despertar o respeito e a valorização a todos os seres existentes no planeta. Nesse processo há que se trabalhar com os variados espaços tanto ecológicos como sociais relacionando-os pedagogicamente, através de procedimentos e estratégias condizentes com o lugar.

A educação ambiental não pode desvincular-se de uma proposta educativa, mesmo que se efetive de maneira não formal, acontecendo com mobilização, sensibilização. Deve-se embasar em uma conscientização que acione a práxis (teoria e prática) na perspectiva de criar projetos que visem trabalhos voltados a coletividade, uma das bases sociais da aldeia, na busca do equilíbrio do uso dos recursos naturais.

Para esse trabalho é necessário independentes estruturas formal e não formal, o apoio de vários grupos como, as lideranças da comunidade indígena (pajé, cacique, contador de história e gestor da escola), os órgãos governamentais (União, Município, Estado e FUNAI (Fundação Nacional do Índio)) e a práxis educacional do professor. O primeiro tem participação essencial, pois é quem viabiliza o acesso em todos os âmbitos do espaço indígena e o segundo vem representado por órgãos oficiais como: ministérios, superintendências, secretarias (estaduais e municipais), autarquias, institutos, coordenadorias (vinculadas às secretarias de Saúde ou de Educação), fundações e acompanhada de muita burocracia que muitas vezes dificultam.

Nomes e órgãos não faltam, porém se apresentam insatisfatoriamente, pois os resultados encontram-se vinculados a interesses superiores que não condizem com a problemática ambiental. Também há que se contar com o apoio das ONGs (Organizações Não Governamentais) fundamentais para programar projetos de educação ambiental. Como por exemplo, a complexidade da realidade socioambiental do Rio São Francisco, a bacia hidrográfica que banha a região, segundo Oliveira (2012, p. 13):

Com o chamado “desenvolvimento”, a área foi dividida e outras famílias foram cadastradas e receberam por doação do Governo Federal cerca de 30

lotes de terras irrigadas, a natureza sustentava 2.000 famílias. Nunca faltava alimento. O Rio São Francisco sempre enchia no período das trovoadas, deixando o ambiente propício para a caça e pesca, com fartura de alimento para aves, répteis, mamíferos e nós, indígenas. E hoje é só fome.

Dentro do exposto o professor, que trabalha com a educação ambiental precisa estar sensível não só aos fatores ambientais, como também históricos, culturais e às questões socioeconômicas da localidade em questão.

O educador ambiental deve “introduzir a cidadania ambiental e a cultura de sustentabilidade que serão necessariamente o resultado do fazer pedagogia que conjugue a aprendizagem a partir da vida cotidiana” (GUTIÉRREZ, 2002, p. 59). O autor também defende que “o educador necessita caminhar com sentido ao que fizermos compartilhar sentidos, impregnar de sentido as práticas da vida e compreender o sem-sentido (non-sense) de muitas outras de práticas que aberta ou sorrateiramente tentam se impor”. (GUTIÉRREZ, 2002, p. 63).

O trabalho educativo pode também ocorrer fora do âmbito escolar, mas a partir desse ponto integrante da estrutura educacional formal. Todavia para a escola assumir o papel de detentor e rebatedor direto das agressões ambientais incluindo em seus programas, projetos, eventos, atividades e conteúdos que não fujam da cultura indígena por mais que trabalhe com um seguimento ambiental.

A criatividade é essencial para maior assimilação dos conteúdos. O uso de imagens, música, teatro, a construção de cartazes e painéis, a produção de paródias, textos e poemas, a confecção e troca de questionários elaborados por aluno ou por grupo, a produção de revistas em quadrinhos ou cartilhas educativas e, principalmente o trabalho de campo com visitas que valorizem os aspectos culturais e socioambientais devem ser utilizados como metodologia diferenciada para utilização nas aldeias.

Para a indígena Truká:

Eu aprendi com os mais velhos tudo que agente sabe aqui dentro da aldeia, é aprendido com os mais velhos. [...] eu agradeço aos nossos mais velhos, por que não sabia de nada, e agradeço aos encantados por que eles têm que aluminar nós para nós saber onde é que agente vai entrar. (in: NHENETY, 2011, p. 21)

Diante do exposto, entende-se que o educador da escola indígena não deva se ater apenas na transmissão de conteúdos, mas também no uso de métodos em que a aprendizagem se faça a partir das experiências vivenciadas pelo aluno e pela comunidade. É importante que

o estudante não apenas receba os conhecimentos passivamente, mas que ele contribua para a concepção e construção da realidade. O professor e a instituição, na produção de projetos educativos, exercem um papel de excelência no processo de construção de conhecimentos para os alunos, nas modificações dos valores e condutas pró-ambientais, propiciando uma postura com maior criticidade, responsabilidade e consciência aguçada no que se refere à sustentabilidade ambiental.

Assim, a Educação, com o objetivo de aproveitar eventos oportunos deve buscar a integração de todos os envolvidos no processo educacional, como os comunitários que se integram nas causas ambientais, trabalhando com a substituição de uma concepção fragmentada de conteúdos socioambientais, e com a integração dos mesmos de forma participativa que envolva a comunidade escolar, seja de maneira formal ou informal sensibilizando a sociedade e buscando o desenvolvimento da sensibilidade.

Para a condução da educação ambiental é preciso reformas urgentes de sistema e modelos educacionais, levando em conta “(...), pesquisa básica e aplicada, adequada ao contexto sociocultural no qual ocorra o processo de ensino-aprendizagem, modelos educacionais e administrativos flexíveis e aperfeiçoamento e reciclagem do corpo docente”. CASCINO (2007, p. 52).

Neste contexto, considerando as questões culturais, precisa ser concebida a educação ambiental indígena. Cabendo ao professor, peça chave do desenvolvimento educativo, possuir formação apropriada do problema ambiental correlacionada às questões históricas e socioambientais de uma aldeia. Este educador precisa estar habilitado para compreender e diferenciar as especificidades locais no tocante ao grupo étnico em questão.

2.3. Educação Ambiental Formal e não Formal

As pessoas acreditam firmemente que é através da educação que poderão obter a melhoria da qualidade de vida e que a escola, como segunda casa/família, tem um papel preponderante. No entanto, para ter uma vida com qualidade é essencial não só conhecer os conceitos apresentados nos espaços acadêmicos, mas também estar inserido num espaço ecologicamente saudável.

Para levar a educação ambiental para dentro da escola conferindo-lhe a condição de educação ambiental formal é preciso analisar, em primeiro lugar, o ambiente escolar no qual o grupo será trabalhado. O planejamento que deve ser participativo estará contextualizado com

o real ambiente de vivências dos atores sociais, daí a importância de investigar a estrutura física, as relações com a comunidade, os acessos, os variados espaços e os recursos disponíveis.

De acordo com Sato (2005) se a realidade do ambiente apresentar um número alto de carências, não significa que o trabalho não poderá ser desenvolvido.

A educação ambiental no ensino formal tem enfrentado inúmeros desafios, entre os quais se pode destacar o de como inserir-se no coração das práticas escolares a partir de sua condição de transversalidade, posição consagrada pelos PCN [...] pode tanto ganhar o significado de estar em todo lugar quanto, ao mesmo tempo, não pertencer a nenhum dos lugares já estabelecidos na estrutura curricular que organiza o ensino. (SATO, 2005, p. 59)

Dentro da concepção da autora percebe-se que para ela, o professor enquanto sujeito mediador dos conteúdos pode ter várias dificuldades para desenvolver suas práticas, só que vale reportar que a Educação Ambiental no Brasil se consolidou na condição de tema transversal, evidente que não perde a sua validade, porém a execução da mesma é realizada.

Mudar as relações entre as pessoas assim como entre elas e a natureza não é uma tarefa fácil. É preciso perceber “a importância da espiritualidade e da criatividade, e calma que permita direcionar a ciência a uma vida realmente sustentável” (CAPRA, 2002, p. 23). Com isso leva-se em consideração a realidade indígena, que ao ser incorporado ao processo educativo em questão, as aulas devem enfatizar o conteúdo de forma multicultural colocando em pauta os saberes da etnia.

Muitos momentos da educação formal não ocorrem em sala de aula, mas dentro ou fora do espaço escolar o que torna importante debater regras, expor os objetivos, fazer levantamento junto com o grupo sobre conflitos ambientais, organizar a programação e principalmente coordenar os artifícios de aproximação com a comunidade, o reconhecimento do lugar de vivência dos atores sociais e a metodologia a ser desenvolvida.

O estudo das disciplinas ambientais diz respeito ao homem e à natureza facilitando a compreensão de temas como: poluição, desmatamento, desperdício, consumo de água e energia e outros que através do facilitador capacitado trarão informações e conhecimentos para aqueles que não se encontram em bancos escolares recebendo educação formal.

A educação não formal também pode capacitar cidadãos participativos para a tomada de decisões sobre os destinos da sociedade. Assim como na formal, é necessária que o educador conheça o ambiente para a organização do planejamento e que tenha como meta

maior a conscientização ecológica, a troca de conhecimento e se for o caso, a transformação do espaço em conjunto, com a finalidade de desenvolver o trabalho através de ações coletivas quando for o caso.

Alguns princípios podem ser trabalhados no processo de conscientização como:

(...) respeito e cuidados aos outros seres melhoram a qualidade de vida, conscientização da vitalidade e da diversidade de vida, economia dos recursos naturais, permanência nos limites da capacidade da terra, interação entre desenvolvimento e conservação, e mudança de hábito que são prejudiciais ao meio ambiente. Cuidar do ambiente é tarefa da comunidade e constituição de uma aliança global para todos os povos cuidarem da Terra. (CARVALHO, 2000, p. 12-13)

Com base nos princípios acima é possível perceber que na educação não formal o objetivo a se atingir é de conscientizar o educando de que o homem pode transformar, mas não sem limites.

2.4. Educação Ambiental Crítica

O julgamento de algum acontecimento com apreciação favorável ou desfavorável, sobre determinada questão deve partir da reflexão. Então, ser crítico exige o pensar e o posicionar-se. O criticismo “para Kant, trata da análise crítica do conhecimento racional como ponto de partida da reflexão filosófica” (Ferreira, 2001, p.195).

O cidadão crítico e consciente é aquele que compreende, se interessa, reclama e exige seus direitos ambientais ao setor social correspondente e que, por sua vez, está disposto a exercer sua própria responsabilidade ambiental. Este cidadão, quando se organiza e participa na direção de sua própria vida, adquire poder público e uma capacidade de mudança coletiva. Esse princípio assenta bases sólidas para construção de uma sociedade civil, pois são movimentos sociais, no redimensionamento de sua participação social, as que podem validar o processo para gerar uma utopia de qualidade de vida alternativa, que se atualiza no cotidiano e dentro de um horizonte futuro, desejável e viável. (BÁRCENA, 2008, *apud* LOUREIRO, 2008, p. 15)

De acordo com Bárcena em sua definição supracitada, o cidadão crítico reconhecerá e terá condições de interpor-se nos conflitos ambientais, e neste caso, quando se fala do ambiente em questão possui um diferencial, não só as interferências externas, mas os conflitos com a cultura local, e isso porque através das reivindicações cria bases mais discursivas, embasadas e argumentativas. Teria, então, o perfil de um sujeito ecológico que no processo educativo partiria do princípio de que,

Neste sentido, o projeto político-pedagógico de Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo

para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidade solidária com o meio social e ambiental, modelo para formação de indivíduos ou grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. (CARVALHO, 2004, p. 18)

A Educação Ambiental Crítica deve contribuir efetivamente na mudança de postura no que se identifica como visão de mundo não devendo reproduzir e sim intervir. Rompendo, se possível e preciso for, com o que não condiz com a realidade socioambiental concreta e verdadeira. No momento, torna-se imprescindível destacar a posição de Guimarães sobre os objetivos da Educação Ambiental Crítica:

[...] objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo em que nesse exercício, estejamos educando e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos. (GUIMARÃES, 2004, p. 30-31)

Esse modo de encarar a educação como um processo crítico que leva à superação de desafios, é parte da pedagogia de Paulo Freire, o qual diz que:

A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário continuando a ser curiosidade, se critiquiza. Ao critiquizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão [...]. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente uma das tarefas precípua da prática educativa e exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. (FREIRE, 1997, p. 35-36)

Consciente de todos os embates, o profissional, da educação ambiental crítica, deve saber que a busca do conhecimento tende a ser um exercício constante e necessário. Visa ao aprendizado para colher e reciprocamente plantar: com reflexões críticas e sem passividade; com criatividade e sem acomodação; e com a postura de quem acredita que seus questionamentos críticos podem chegar a respostas solucionantes para os problemas ambientais.

2.5. Educação Ambiental Transformadora

O ato de transformar, de acordo com Ferreira (2001), trata-se de dar nova forma, feição ou caráter a; mudar, modificar, transfigurar, converter, transfigurar. Dentro do aspecto ambiental a Educação Ambiental Transformadora não prega diferente. Reflexiva e contrária à

Educação Ambiental Convencional recorrem às bases literárias de Paulo Freire (Pedagogia libertária e emancipatória); Dermeval Saviani (histórico-social crítica); Theodor Adorno (Escola de Frankfurt tradição dialética marxista); Gramsci (escola unitária); Henri Lefèbvre (superação de análises fragmentadas e destextualizadas).

As referências não encerram por aí, de acordo com Loureiro:

Concluindo o vasto repertório de teorias que constroem a Educação Ambiental Transformadora, cabe destacar a influência de autores que estão intimamente associados ao que vem sendo intencionalmente denominado de “ecos socialismo” ou que se proclamam “ecos socialistas” [...], é o caso inovador de Boaventura de Souza Santos. Aí se inserem autores fundantes da Ecologia Política (René Dumont, Daniel Cohn-Bendit), [...] o crítico Enrique Leff, até chegar aos que se mantêm estritamente na tradição dialética marxiana (Raymond Williams, Michel Löwy) entre outros. (LOUREIRO, 2004, p. 69)

As metodologias participativas acima citadas lembram a forma como o pajé apresenta sua sapiência aos seus liderados e que em outras sociedades nem sempre estas atitudes estão presentes no seu cotidiano educativo. Os líderes da aldeia apesar de considerar a sobrevivência, ou seja, as atividades econômicas locais do indígena não se omitem ao seu compromisso com a natureza no que tange ao uso equilibrado dos seus recursos.

Segundo Loureiro (2004), na citação a seguir, fica claro qual o posicionamento filosófico dessa nova concepção, esse novo olhar sobre a Educação Ambiental vem acrescido do adjetivo *transformadora*. Essa palavra remete a uma ideia de processo, de transformação que aliada à palavra educação sintetizam a ideia de coletividade, posto que educação e transformação estão ligadas a uma ação coletiva e nunca isolada.

A Educação Ambiental Transformadora enfatiza a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações na natureza que definem os grupos sociais e o “lugar” ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. (LOUREIRO, 2004, p. 71)

São concepções críticas e democráticas preocupadas com resultados concretos sem ilusões. Englobam as necessidades nas relações homem/natureza e as reais transformações que podem ou não acontecer no espaço de acordo com as ações humanas, não enquanto indivíduos, mas como grupos sociais politicamente organizados que podem interferir nas

articulações políticas em favor da natureza. Para contribuir no conhecimento da Educação Ambiental Transformadora é importante apresentar os três eixos explicativos:

a) Definir o modo como nos relacionamos conosco, com as demais espécies e com o planeta, com presença efetiva da práxis.

b) Nos procedimentos metodológicos, ter na participação e no exercício da cidadania, princípios para definição democrática e quais são as relações adequadas ou vistas como sustentáveis à vida planetária em cada contexto histórico.

c) Educar para transformar significa romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade.

Os três eixos explicativos, demonstram a importância de se conhecer o meio para saber como tratá-lo, inserir-se no mesmo e transformá-lo adequadamente e democraticamente no exercício da cidadania sem receios de quebrar, cotidianamente, qualquer ação que proceda, incoerentemente, contra a sustentabilidade ambiental.

2.6. Participação dos Indígenas nos Grandes Eventos Ambientais

O envolvimento dos ameríndios nos movimentos que representam embates contra atitudes prejudiciais aos interesses de seus povos é um posicionamento que remonta ao final da década de 60, início de 70. Nos anos 80 surge o Conselho Mundial dos Povos Indígenas, formados pelos europeus, norte-americanos e amazonenses que se tornaram assim responsáveis, de fato, pelos encaminhamentos pertinentes às suas etnias.

Antes desse período todas as questões sobre a população em foco, eram desenvolvidas nos Eventos da OMT (Organização Mundial do Trabalho). Foi na Conferência Mundial deste órgão que se constituiu, em 1989, a Convenção Mundial sobre Povos Indígenas e Tribos em Países Independentes nº 169. Porém, só 18 anos depois, ou seja, no ano de 2007, é que a ONU produziu a Declaração dos Direitos Humanos das Nações Indígenas. Documento que fomenta o valor humano existencial natural das comunidades indígenas.

No ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, ocorreu a primeira Conferência Ambiental que passou a ser um marco para o meio ambiente. Os participantes do evento constituíram uma Declaração muito bem estruturada, mas com uma grande lacuna: Continha poucas referências relacionadas às comunidades indígenas nos princípios estruturados pelo documento.

Na Conferência Rio-92, as realidades vivenciais dos indígenas ficaram mais evidentes e foram relacionadas às questões socioambientais constituindo também, uma correlação entre a citada etnia e a as diversidades biológicas e naturais. A participação de tal comunidade neste evento foi a de maior produtividade, participação e repercussão de todos os tempos. Principalmente pela produção por parte do Comitê Intertribal denominado Memória da Ciência Indígena que ao desenvolver a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, produziram a Declaração Kari-Óca e a Carta da Terra.

Em 2002, em Johannesburgo, África do Sul, ocorreu a Rio+10, este evento tinha como objetivo conhecer o resultado de cada meta estabelecida na Eco-92, apesar de várias vitórias, para os indígenas representou um retrocesso em comparação à efetividade da Rio-92, principalmente referente aos direitos indígenas, além da redução significativa dos recursos que seriam investidos em meio ambiente. A repercussão negativa foi de tamanha expressividade que houve repressão aos manifestantes que discordavam das medidas, tendo muitos materiais confiscados. A Rio+10 representou a difícil crise ambiental vivida na época.

Em 2012 foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, a Conferência Ambiental Rio+20 consagrada como a de maior relevância neste últimos anos, não diferiu das outras no que tange aos participantes de várias nações e compromissos estabelecidos para os anos que virão e avaliação dos objetivos enfatizados na Rio+10.

Nos últimos 30 anos, ou seja, desde a Conferência de Estocolmo em 1972 até o evento de 2012, apesar das muitas crises ambientais expressadas através de acidentes ecológicos naturais ou provocadas pelo homem, conflitos por terras, diversas formas de violência, ausências de acesso aos serviços essenciais para sobrevivência e outras questões, nota-se que a união dos indígenas, em variadas circunstâncias, propicia mais força a esta comunidade que vem amadurecendo, com enriquecimento, principalmente intelectual, pois, através de sua participação nos citados eventos faz com que na atualidade exista uma comunidade indígena mais estruturada e consciente.

3. METODOLOGIA

Este estudo de caráter exploratório quantitativo foi desenvolvido com pesquisa de campo nos espaços Sementeira e Ouricuri, ambientes de vivência e rituais religiosos da tribo indígena Kariri-Xocó, por meio da aplicação de questionários a professores indígenas que lecionam na escola indígena local; professores indígenas que lecionam fora da aldeia; a

estudantes indígenas da escola indígena e a estudantes indígenas de escola regular fora da aldeia; além de entrevistas com o cacique, com o pajé, com o contador de histórias e a diretora da escola da aldeia.

Como critério de inclusão foi selecionado 18 professores, sendo 09 indígenas que não lecionam na escola da aldeia e 09 professores que lecionam na escola indígena; 93 alunos, sendo 53 alunos da escola indígena local, 25 deles estudantes do 4º ano e 28 estudantes do 5º ano; e 40 alunos do ensino fundamental maior, estudantes de diversas escolas não indígenas; 01 Pajé; 01 Cacique; 01 historiador; e, a Diretora da escola indígena. Todos em condições psicológicas e emocionais que permitisse responder às perguntas da pesquisa. Foram excluídos da amostra os/as indígenas que não atendiam os critérios de seleção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários e entrevistas aplicadas a sujeitos pertencentes à comunidade indígena Kariri-Xocó, situada na região Nordeste do Brasil, no município de Porto Real do Colégio, estado de Alagoas, às margens do Rio São Francisco. O fato de a aldeia ser uma comunidade instalada às margens de uma das mais importantes bacias hidrográficas do país foi de suma relevância para esta pesquisa, pois a relação do índio com este recurso natural é de grande importância para a sobrevivência daquele.

a) As respostas aos questionários oferecidas pelos estudantes das escolas de Porto Real do Colégio e da aldeia foram:

Tabela 01 – Elementos representativos do meio ambiente na visão dos estudantes

Respostas dos Questionários	Unidades Escolares	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Somente animais	40%	
Animais, matas, solo e águas.	60%	100%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos estudantes, 2018.

Para 40% dos entrevistados da escola não indígena o meio ambiente é representado somente por animais; para os outros 60% além dos animais, incluíram o solo, águas e as matas.

Por outro lado, para os estudantes da escola indígena o meio ambiente é representado pelo conjunto de animais, matas, solo e as águas.

Tabela 02 – Cuidados pessoais com a preservação da natureza

Respostas dos Questionários	Unidades Escolares	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Preocupam-se e praticam atos de conservação da natureza	57%	81%
Às vezes têm atitudes de conservação da natureza	5%	19%
Admitem que não se preocupam com a conservação da natureza	38%	-
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos estudantes, 2018.

57% dos estudantes da escola não indígena responderam que conservam a natureza; 5% responderam que às vezes conservam e, 38% assumiram que não conservam a natureza. Já, 81% dos estudantes da escola indígena responderam que praticam ações de conservação da natureza e, 19% somente às vezes têm atitudes conservacionistas.

Tabela 03 – Participação em projetos ambientais

Respostas dos Questionários	Unidades Escolares	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Participam ou já participaram de projetos ambientais	64%	81%
Às vezes participam de projetos ambientais	3%	19%
Não participam/participaram de projetos ambientais	33%	-
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos estudantes, 2018.

Participação dos estudantes da escola não indígena em projetos ambientais: 64% responderam que participam ou já participaram; 3% responderam que às vezes participam ou participaram e, 33% disseram que não participam de nenhum projeto ambiental. 81% dos estudantes da escola indígena responderam que participam de projetos ambientais e, 19% às vezes participam.

Tabela 04 – Fonte de informações sobre a preservação do meio ambiente

Respostas dos Questionários	Unidades Escolares	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Recebem informações de preservação na escola	62%	50%
Recebem as informações da família	23%	10%
As informações são transmitidas pelo Pajé	5%	8%
Recebem informações através da Igreja	5%	2%
Adquirem informações através de programas de televisão	5%	30%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos estudantes, 2018.

Quando questionados se recebem informações sobre a preservação de meio ambiente, 62% dos estudantes da escola não indígena disseram que recebem informações na escola; 23% responderam que recebem informações da família; 5% alegaram que recebem informações do Pajé; outros 5% da igreja e os últimos 5% pela Televisão. Os estudantes da escola indígena responderam: 50% recebem informações na escola; 10% recebem da família; 8% são orientados pelo Pajé; 2% recebem da igreja; e, 30% através de programas de TV.

Tabela 05 – É necessário ministrar aulas ambientais?

Respostas dos Questionários	Unidades Escolares	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Sim, as aulas ambientais são necessárias.	92%	100%
Às vezes são necessárias	3%	-
Não são necessárias	5%	-
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos estudantes, 2018.

Perguntamos aos estudantes da escola não indígena acerca das necessidades de aulas ambientais e 92% responderam que há necessidade; 5% responderam que não há necessidade e, 3% informaram que necessitam de alguma informação. Os alunos da escola indígena responderam em sua totalidade que são necessárias as aulas ambientais.

Tabela 06 – Quais são as características ambientais da aldeia

Respostas dos Questionários	Unidades Escolares	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Na aldeia priorizam a preservação dos animais	44%	60%
Não há o cuidado necessário com as matas	34%	87%
A aldeia é um local limpo	22%	-
A aldeia não é um espaço limpo	-	81%
Total	100%	-

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos estudantes, 2018.

Quanto às características ambientais da aldeia, 44% dos alunos da escola não indígena disseram que há preservação de animais; 34% responderam que é desmatado e, 22% que é um local limpo. Na opinião dos estudantes da escola indígena, 60% consideram que a aldeia prioriza a preservação de animais; 87% dizem que não há cuidado com as matas; e, 81% revelam que a aldeia não é um local limpo.

As entrevistas dirigidas aos educadores de origem indígena que lecionam em Porto Real do Colégio e aos que ensinam na aldeia apresentaram as seguintes considerações:

Tabela 07 – Desenvolve projetos de educação ambiental?

Respostas das entrevistas	Educadores Indígenas	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Sim, desenvolvo projetos de educação ambiental.	100%	67%
Desenvolvo nas aulas de cultura indígena	-	22%
Desenvolvo por exigência superior	-	11%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos educadores, 2018.

Todos os educadores que ensinam fora da aldeia disseram que desenvolvem projetos de educação ambiental; Dos educadores que trabalham na aldeia, 67% responderam que desenvolvem projetos ambientais; 22% desenvolvem projetos nas aulas de cultura indígena; e. 11% só desenvolvem projetos por exigência superior.

Tabela 08 – Quais as características ambientais do Espaço Ouricuri?

Respostas das entrevistas	Educadores Indígenas	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Apresenta sinais de degradação ambiental.	56%	46%
Apresenta poucos problemas ambientais	-	27%
Não apresenta problemas ambientais	-	18%
O espaço está se estruturando	-	9%
Não responderam à pergunta	44%	-
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos educadores, 2018.

Os educadores indígenas que não lecionam na aldeia responderam: 56% alegaram que no Espaço Ouricuri existem problemas ambientais; e, 44% não responderam à pergunta. Os educadores que ensinam na aldeia emitiram as seguintes considerações: para 46% o espaço apresenta sinais de degradação ambiental; 27% relataram que o espaço apresenta poucos problemas ambientais; 18% responderam que não há problemas ambientais; e. 9% disseram que o espaço está se estruturando.

Tabela 09 – Quais as características ambientais do Espaço Sementeira?

Respostas das entrevistas	Educadores Indígenas	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Apresenta sinais de degradação ambiental.	56%	30%
Não apresenta problemas ambientais	-	5%
Falta cuidado dos frequentadores	-	25%
Falta cuidado do serviço público	-	25%
Falta cuidado da população	-	15%

Não responderam à pergunta	44%	-
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos educadores, 2018.

56% dos educadores que ensinam fora da aldeia responderam que no Espaço Sementeira existem problemas ambientais; e, 44% não responderam a pergunta. 30% dos educadores da aldeia apontam sinais de degradação ambiental; 5 informaram que o espaço não apresenta problemas ambientais; 25% acusam os frequentadores de falta de cuidado; outros 25% apontam a falta de cuidado do serviço público; e, 15% relatam a falta de cuidado da população.

Tabela 10 – Em sua opinião existe necessidade de educação ambiental?

Respostas das entrevistas	Educadores Indígenas	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
Sim, existe a necessidade de educação ambiental.	100%	100%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos educadores, 2018.

Todos os educadores que trabalham na aldeia e fora dela informaram que há necessidade de fornecer educação ambiental;

Tabela 11 – Qual a importância do Rio São Francisco para a aldeia?

Respostas das entrevistas	Educadores Indígenas	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
É essencial para a sobrevivência da aldeia	100%	78%
O rio tem importância histórica para a aldeia	-	11%
O rio tem muito pouca importância para a aldeia	-	11%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos educadores, 2018.

Todos os educadores que ensinam fora disseram que o Rio São Francisco é essencial para a aldeia; Os educadores que trabalham na aldeia responderam: 78% dizem que o rio é essencial para a aldeia; 11% responderam que a importância do rio é histórica; e, 11% pensam que o rio tem muito pouca importância para a aldeia.

Tabela 12 – Qual a característica do Rio São Francisco?

Respostas das entrevistas	Educadores Indígenas	
	Porto Real do Colégio	Aldeia
O rio é produtivo	100%	17%
O rio está altamente degradado	-	33%
O rio está assoreado	-	25%
O rio é necessário	-	22%
O rio apresenta-se pouco poluído	-	11%
O rio está precisando de revitalização	-	6%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração da Autora - Questionários aplicados aos educadores, 2018.

Para todos os educadores que trabalham foram da aldeia o Rio São Francisco é produtivo. No entanto, os educadores da aldeia têm opiniões variadas sobre as características do rio: 17% deles também o consideram produtivo; para 33% o rio está altamente degradado; 25% se referem ao assoreamento do rio; 11% dizem que o rio apresenta-se pouco poluído; e, 6% reconhecem que o rio precisa ser revitalizado.

As respostas oferecidas, dentro do contexto geral, pelos entrevistados – pajé, cacique, contador de histórias diretora da escola, estudantes e professores – demonstraram possuir entrosamento com as questões educacionais e percepção bastante aguçada no que diz respeito à situação ambiental. Fatores históricos, individuais e coletivos, interferem em seus posicionamentos, porém não representam sentimento de revolta e sim uma significativa mudança na perspectiva social. Uma renovação a cerca do estudo, posicionamento político-social, valorização das tradições como a religiosidade, as artes e o comportamento diferenciado das demais sociedades e, principalmente, aos recursos naturais. O povo indígena demonstrou, através das palavras que escolheram para informar a importância que representa a sua natureza, no Ouricuri, na Sementeira e no Velho Chico, que são transmitidas por cada entrevistado.

Demonstraram inquietações sobre o processo de degradação com destaque à questão da transposição do rio São Francisco. É válido ressaltar que se pressupõe uma preocupação ambiental até mesmo no que tange à sustentabilidade da aldeia, com cerca de 90% dos sujeitos informantes alegando a necessidade de inserir a Educação Ambiental no citado espaço. Entretanto, outros pontos também merecem destaque reflexivo e atitude. No que diz respeito ao idioma, percebemos um esquecimento, situação que precisa de maiores cuidados, pois, em detrimento do processo histórico, ele é um dos mais atingidos pela aculturação, por

isso existe a falta de entrosamento das gerações mais jovens com a questão linguística tradicional da etnia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu concluir que mesmo sendo índios, eles não vivem em uma relação harmônica e sustentável com o meio ambiente, portanto, precisam tanto de uma educação formal voltada para a Educação Ambiental como da informal direcionada para os demais moradores da comunidade. São necessidades semelhantes tanto quanto daqueles que vivem em espaços urbanos, subvertendo-se a imagem do senso comum de que os índios são naturalmente preservadores dos recursos naturais. Eles precisam, assim como qualquer outro ser humano dos tempos modernos de uma sociedade capitalista, da Educação Ambiental formal, ou seja, que sejam trabalhados na escola como conteúdos os temas relacionados a essa nova área do conhecimento para que adquiram consciência de preservação e conservação ambiental e se possível tornem-se multiplicadores.

Em suma, nota-se que há preocupação ecológica além de que com os elementos da natureza que são enfocados quando se trata de meio ambiente, bem mais que outros problemas, como também a abertura do cacique, do pajé e do contador de histórias para novas e diferentes práticas educacionais. Diante disto, esta pesquisa propõe o desenvolvimento de uma estrutura educacional que tenha como base os PCN's, pois, de acordo com os mesmos, a meta da Educação Ambiental, segundo os temas transversais, é “contribuir com a formação de cidadãos plenos, capazes de decidirem e atuarem sobre a realidade de modo ética e comprometida com a vida e a sociedade local e global”.

REFERÊNCIAS

BÁRCENA, Alicia *apud* LOUREIRO, Carlos F. Bernardo. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária**. In: __ Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Art.215, Parágrafo 1. **O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras**. Presidência da Republica, D.O.U. 05.10.1988.

_____. EMENDA CONSTITUCIONAL 53. Lei 11.494/2007 **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Presidência da República, D.O.U. 21.06.2007.

_____. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - Meio Ambiente Saúde.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Dicionário jurídico do ambiente.** São Paulo: Letras & Letras, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores.** 4. ed. São Paulo: Senac, 2007.

CELESTINO, Marcos Roberto. **A avaliação externa como fator relevante de ação para a formação continuada.** Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, n. 10, p. 36-50, apr. 2013. ISSN 2316-3852.

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 11 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio séc. XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa.** 4º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GUIMARÃES, Sídali. **100 perguntas de direito ambiental.** Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** 2. ed. trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2006. (Guia da Escola Cidadã v. 3)

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, poder.** trad. Lúcia Mathilde Enovich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

NHENETY, Kariri-Xocó, AL. **INDIOS NA VISÃO DOS INDIOS: Somos Patrimônio.** Salvador. Thydêwá, 1º Edição. 2011.

OLIVEIRA, Carlos Estevão. **Memória.** Salvador. Thydêwá, 1º Edição. 2012.

SATO, Michéle (org.). **Educação Ambiental: Pesquisas e Desafios.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.